



CONGRESSO
NACIONAL

DESTAQUES DA SEMANA

INFORMATIVO 21

05 A 09 DE MAIO DE 2025



FENAJUD
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO NOS ESTADOS

☎ 61 3321 0242/5349 🌐 FENAJUD.ORG.BR

SCS, Qd. 01, Bc K, Ed Denasa, 9º andar, sala 903 - Brasília-DF

📷 📺 📢 @fenajud



CONJUNTURA POLÍTICA

No **Executivo**, encerra-se no dia 8 de maio o prazo para sanção do [PL 4015/2023](#), que reconhece o **risco da atividade exercida pelos Oficiais de Justiça**. Ainda nesta segunda-feira (05), o presidente Lula avança na **reforma ministerial**, oficializando nesta segunda-feira (05) a troca no comando do Ministério das Mulheres, com Márcia Lopes substituindo Cida Gonçalves. Na quarta-feira (07), Lula embarca para compromissos internacionais, incluindo visita à Rússia e participação no Fórum China-Celac.

Na Câmara dos Deputados, as sessões deliberativas retornam nesta segunda-feira (05), em semana de esforço concentrado. Nas **Comissões**, o principal destaque é a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), marcada para terça-feira (06). A pauta inclui a possível deliberação do [PL 3999/2020](#), que trata do **despejo extrajudicial por inadimplência no pagamento de aluguel**, além da apreciação de diversos requerimentos relacionados à **PEC da Segurança Pública**.

A Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) se reúne nesta quarta-feira (07), para deliberar o [REQ 32/2025](#), que propõe a realização de audiência pública sobre empréstimos bancários concedidos por instituições financeiras e o superendividamento de servidores públicos.

Também na terça-feira (06), será instalada a **comissão especial** que analisará o [PL 1087/2025](#), que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil. O deputado **Arthur Lira (PP/AL)** deve ser designado relator, enquanto o deputado **Rubens Pereira Júnior (PT/MA)** assumirá a presidência do colegiado.

No **Senado Federal**, a atenção é para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que, nesta quarta-feira (07), poderá votar o [PL 6204/2019](#), que disciplina a **execução extrajudicial civil para cobrança de títulos executivos judiciais e extrajudiciais**. O projeto atribui ao tabelião de protesto o exercício das funções de agente de execução. A matéria aguarda apresentação de novo relatório do relator, Senador Rogério Carvalho (PT/SE).

Por fim, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também poderá deliberar, na quarta-feira (07), o [PL 194/2022](#), que trata da **transferência de empregado público por acompanhamento de cônjuge deslocado no interesse da administração**.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CCJC poderá votar projeto que trata sobre o despejo extrajudicial: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (06), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar o [PL 3999/2020](#), que dispõe sobre o despejo extrajudicial e a consignação extrajudicial de chaves, e para tanto altera a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, que dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes. O [parecer](#) da relatora, deputada Caroline de Toni (PL/SC), é favorável ao Substitutivo aprovado na CDC, com subemenda substitutiva; e pela rejeição da Emenda nº 1/2024 apresentada na CCJC.

CDC pauta debate sobre superendividamento dos servidores públicos: a Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) se reúne nesta quarta-feira (07), às 10h, no Anexo II, Plenário 08, para deliberar os itens da pauta. Entre eles, destaca-se o [REQ 32/2025 CDC](#), que requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os empréstimos bancários concedidos por instituições financeiras e o superendividamento de servidores públicos.



SENADO FEDERAL

CCJ vota execução extrajudicial: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne nesta quarta-feira (07), às 09h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, e pauta o [PL 6204/2019](#), que disciplina a execução extrajudicial civil para cobrança de títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Atribui ao tabelião de protesto o exercício das funções de agente de execução. **A matéria aguarda apresentação de novo relatório do relator, Senador Rogério Carvalho (PT/SE).**

CAS vota transferência de empregado público por acompanhamento de cônjuge deslocado no interesse da administração pública: a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) se reúne nesta quarta-feira (07), às 09h, no anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, para deliberar os itens da pauta. Entre os destaques está o [parecer](#) do senador Fabiano Contarato (PT/ES) favorável, com uma emenda (de redação), ao [PL 194/2022](#), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a transferência de empregado público

cujo cônjuge ou companheiro tenha sido deslocado no interesse da administração pública.



ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Instalação da CESP da ampliação da isenção IRPF e Tributação de Altas Rendas: foi convocada para esta terça-feira (06), às 14h, no Plenário 7, a reunião de instalação da Comissão Especial que vai analisar o [PL 1087/2025](#), que trata da isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física para quem recebe até R\$ 5 mil mensais. A comissão será presidida pelo deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA) e terá como relator o deputado Arthur Lira (PP/AL). O projeto tramita em regime de urgência constitucional e está trancando a pauta da Câmara desde sábado (03). Acompanhe pelo [link](#).



RELAÇÕES DE TRABALHO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário delibera projeto que revoga pontos ultrapassados da CLT: o Plenário da Câmara dos Deputados poderá votar nesta semana o projeto de lei que revoga diversos pontos da CLT em desacordo com a Constituição Federal e com legislação posterior. O texto é um [substitutivo](#) do deputado Ossesio Silva (Republicanos/PE) ao [PL 1663/2023](#), do deputado Fausto Santos Jr (União/AM). O projeto original revogou ainda mais trechos da CLT. O tema está na pauta do Plenário, que terá sessões a partir de segunda-feira (05), às 18h.



SEGURANÇA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CSPCCO analisa isenção tributária para agentes da segurança pública: a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado se reúne nesta segunda-feira (05), às 14h, no Anexo II, Plenário 06, e pauta o [PL 1532/2024](#), que propõe a isenção de impostos sobre rendimentos recebidos por policiais e demais agentes da segurança pública, relativos a alimentação, transporte, fardamento e gratificações por risco da atividade. O [parecer](#) do relator, deputado Aluisio Mendes (REPUBLICANOS/MA), é pela aprovação.

CCJC poderá votar uma série de requerimentos sobre a PEC da Segurança

Pública: a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se reúne na terça-feira (06), às 14h30, no anexo II, Plenário 01, e poderá votar uma série de requerimentos de audiência pública para debater a PEC 18/2025, conhecida como a PEC da Segurança Pública.

[REQ 3/2025](#) - Requer a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública que será apresentada a esta Casa Legislativa pelo Poder Executivo, com a presença do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski.

[REQ 6/2025](#) - Requer seja convidado o Excelentíssimo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Ricardo Lewandowski, para expor e debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2025.

[REQ 7/2025](#) - Requer sejam convidados os Governadores de Estado, representando as regiões do País, para debaterem a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2025.

[REQ 8/2025](#) - Requer a realização de Audiência Pública, com a presença de representantes dos municípios do País, para debaterem a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2025.

**SENADO FEDERAL****CCJ analisa porte de arma para servidores da FUNAI em atividades de**

fiscalização: a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne nesta quarta-feira (07), às 09h, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, e pauta o [PL 2326/2022](#), que altera o Estatuto do Desarmamento para conceder porte de arma de fogo aos servidores da FUNAI em ações de fiscalização. A matéria aguarda apresentação de novo relatório do relator, Senador Fabiano Contarato (PT/PE).

Fonte: Assessoria Parlamentar da Fenajud - Consillium.